



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 229 – Centro – CEP 39.300-000 – FONE: (38) 3631.1368 – FAX: (38) 3631.3314

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE LEI Nº 38/2025

AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL

RELATOR: JOSÉ ADILSON FERREIRA DA SILVA

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 39/2024, de iniciativa do Executivo Municipal, trata da criação do serviço público de Loteria Municipal e autoriza o Poder Executivo a estabelecer regimentos para sua exploração no âmbito do Município de São Francisco/MG.

Recebido na secretaria desta Casa Legislativa em 6 de junho de 2025, lido em 16 de junho e foi distribuído à Douta Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que exarou parecer favorável à sua aprovação.

Na sequência, matéria foi distribuída a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas que me designou como relator para exame e parecer nos termos regimentais.

É o relatório. Passa-se a fundamentação.

FUNDAMENTAÇÃO

A competência desta comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas, para apreciar a matéria em questão, encontra-se inserida no art. 82, IV do Regimento Interno, que assim dispõe:

Art. 82 – Compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeiro e especialmente quando for o caso de:

(...)

IV – Proposições referentes a matérias tributárias, aberturas de créditos, empréstimos públicos e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao Erário Municipal, ou interessem ao crédito e ao Patrimônio Público Municipal.

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, a proposição apresenta-se como potencial fonte alternativa de receitas públicas, cuja arrecadação poderá ser destinada ao financiamento de políticas públicas nas áreas sociais, esportivas, culturais ou outras de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO MINAS GERAIS

Rua Montes Claros nº 229 – Centro – CEP 39.300-000 – FONE: (38) 3631.1368 – FAX: (38) 3631.3314

interesse coletivo, a depender do regramento a ser estabelecido por ato do Poder Executivo.

Importa destacar que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento conjunto das ADPFs 492 e 493 e da ADI 4986, reconheceu a constitucionalidade da exploração de loterias por entes subnacionais, desde que respeitada a competência legislativa da União para regulamentar os sistemas de consórcios e sorteios (art. 22, XX da CF/88). Esse entendimento foi reforçado pela edição da Lei Federal nº 14.790/2023, que alterou o Decreto-Lei nº 204/1967, eliminando a exclusividade da União para a prestação desse serviço público.

Assim, entende-se que a criação do serviço público de loteria, desde que acompanhada de adequada regulamentação, poderá contribuir positivamente para o equilíbrio fiscal do Município, mediante o incremento da arrecadação própria, sem comprometer o orçamento vigente, e em consonância com as normas de responsabilidade fiscal.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão manifesta-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei, por considerar a proposta compatível com os princípios da gestão fiscal responsável e com os interesses financeiros do Município.

São Francisco, 18 de junho de 2025.

JOSÉ ADILSON FERREIRA DA SILVA

RELATOR

Pelas Conclusões:

IVAN PEREIRA DOS REIS

PRESIDENTE

JOAQUIM JOHNNY RUAS

MEMBRO